



SEGURO-DESEMPREGO REDUZIDO É EXCLUIR O POBRE DO ORÇAMENTO

FOMOS surpreendidos com a notícia de que os ministérios da Fazenda e do Planejamento defendem cortes no seguro-desemprego e no valor da multa por demissão sem justa causa.

A proposta inclui reduzir o direito do trabalhador à multa de 40% do FGTS nas demissões sem justa causa e o redirecionamento de parte dos recursos dela provenientes para o seguro-desemprego.

A equipe econômica acena também com retrocessos nas regras do abono salarial e do Benefício por Prestação Continuada (BPC), que deixaria de ser reajustado de acordo com o salário-mínimo. Deste modo, o valor do BPC, atribuído aos idosos pobres e desamparados, seria inferior ao salário-mínimo. Hoje, isto é vedado pela Constituição, de forma que a alteração requer emenda constitucional (PEC).

Já vimos este filme e o final não foi nada bom. Em 2014, a equipe econômica do governo Dilma propôs uma série de ajustes na economia, que conduziram o Brasil a uma situação de recessão e desemprego. O Governo perdeu sua base social, viu corroer sua popularidade e abriu espaço para essa agenda ser radicalizada nos Governos de Temer e Bolsonaro. **Leia mais** <https://acesse.dev/NtEMi>



NOTA DAS CENTRAIS

GOVERNO FEDERAL LANÇA PLANOS VOLTADOS PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR E A PRODUÇÃO ORGÂNICA

Foto Divulgação



Em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, o presidente Lula participou de cerimônia de assinatura do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (Planaab) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Ambos impactam na produção sustentável e distribuição de alimentos saudáveis para a população.

O Planaab, ou Alimento no Prato, com 29 iniciativas e 92 ações estratégicas, é inédito no Brasil. Entre suas medidas, está a ampliação de sacolões populares e

centrais de abastecimento por todo o País. De início, serão implantadas novas seis centrais de abastecimento na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo (duas). Ao facilitar o acesso a alimentos saudáveis e frescos, o Alimento no Prato beneficia produtores e consumidores.

O Planapo reunirá ações para fortalecer as cadeias produtivas de produtos orgânicos e agroecológicos. Além disso, prevê iniciativas voltadas para pesquisa e inovação, incentivo às compras públicas e inclusão de mulheres, jovens, indígenas e quilombolas na agricultura familiar. Essas entregas reforçam a iniciativa do País em priorizar a segurança alimentar.

Leia mais <https://encr.pw/IdCqG>

Conalis lança campanha para valorizar conquistas sindicais

MAIS DIREITOS PARA VOCÊ

Boas práticas sindicais extraídas de cláusulas de convenções coletivas ampliam direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores

A Conalis lançou uma nova campanha que busca dar visibilidade às conquistas obtidas por meio das convenções coletivas de trabalho, destacando a importância dessas negociações para a melhoria das condições laborais.

As convenções coletivas de trabalho são acordos firmados entre os sindicatos que representam os trabalhadores e os empregadores. Esses documentos têm um papel fundamental na garantia de melhores condições de trabalho, abordando aspectos como salários, jornadas, benefícios e segurança no ambiente laboral.

Recentemente, o Ministério Público do Trabalho divulgou uma série de quatro postagens que ilustram exemplos reais de melhorias conquistadas por meio dessas cláusulas. Essas histórias demonstram o impacto positivo que a atuação sindical pode ter na vida dos trabalhadores.

Leia mais <https://acesse.dev/DLr9G>

MAIS MÉDICOS, MENOS SAÚDE

Foto Divulgação



Nos últimos 14 anos, o número de médicos no Brasil quase dobrou, passando de 304 mil para 576 mil, mas o aumento não solucionou a principal questão da saúde pública: a distribuição desigual dos profissionais. Enquanto regiões ricas, como São Paulo e Distrito Federal, acumulam grande parte dos médicos, áreas carentes, como o Sertão e a Amazônia, continuam desassistidas. Esta realidade expõe a falta de políticas públicas eficazes para fixar médicos onde a população mais precisa.

A concentração de médicos nos grandes centros urbanos, que abrigam apenas 23% da população, mas possuem 52% dos profissionais, deixa áreas do interior descobertas de

atendimento adequado. Esta disparidade é resultado de um sistema que privilegia o desenvolvimento econômico em vez de garantir cuidados básicos para as regiões mais carentes, agravando as condições de vida de milhões de brasileiros.

A solução não está apenas no aumento do número de faculdades para formar médicos ou de profissionais em exercício, mas na criação de políticas que os incentivem a se ficar em áreas vulneráveis. Sem isso, populações inteiras continuarão abandonadas, sem acesso a tratamentos básicos, enquanto a desigualdade na saúde se mantém como uma questão crítica no país.